

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/344415271>

O fim do "laissez-faire": Uma releitura do artigo de Keynes pela perspectiva político-econômica sobre a Economia Liberal

Article · July 2020

CITATIONS

0

READS

11

1 author:



Anderson Nunes de Carvalho Vieira

Faculdade de Tecnologia do SENAI-MT (FATEC/SENAI-MT)

2 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Fast Farm [View project](#)

O fim do “laissez-faire”: Uma releitura do artigo de Keynes pela perspectiva político-econômica sobre a Economia Liberal¹

Anderson Nunes de Carvalho Vieira²

Resumo

Keynes foi um economista crítico e audaz. Seus ensinamentos e suas ideias formularam as bases da macroeconomia moderna. Sua importância para a evolução do pensamento econômico é evidente. Desta forma, este trabalho ousadamente se propõe a responder a seguinte problemática: Qual a visão política e econômica de Keynes sobre o liberalismo econômico de sua época com base na leitura de seu artigo publicado em 1926 intitulado “O fim do laissez-faire”? Para responder esta indagação foi proposto como objetivo geral descrever a opinião política e econômica de Keynes sobre o liberalismo econômico de sua época com base no que ele discorre no artigo supracitado. A relevância deste artigo está ancorada na importância que Keynes tem para a evolução do pensamento econômico. O que se pode dizer de resultados é que Keynes foi um economista muito diferente. Seria ele um liberal não compreendido ou um grande revolucionário nas Ciências Econômicas?

Palavras Chaves: Keynes. Laissez-Faire. Liberalismo Econômico.

Abstract

Keynes was a critical and audacious economist. His teachings and his ideas laid the foundations of modern macroeconomics. Its importance for the evolution of economic thought is evident. Keynes's political and economic vision of the economic liberalism of his time, based on the reading of his article published in 1926 entitled "The end of laissez-faire"? To answer this question, it was proposed as a general objective to describe Keynes's political and economic opinion on the economic liberalism of his time based on what he discusses in the article. The relevance of this article is anchored in the importance that Keynes has for the evolution of economic thought. What can be said of results is that Keynes was a very different economist. Was he an unintelligent liberal or a great revolutionary in Economic Sciences?

Keywords: Keynes. Laissez-Faire. Economic Liberalism.

Classificação JEL: B31.

¹ Submetido em 28/07/2019. Aprovado em 30/09/2019.

² Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (UFMT), Especialista em Gestão Pública (IFMT) e Bacharel em Ciências Econômicas (UFMT). É Professor do Eixo de Gestão de Negócios da Faculdade de Tecnologia do SENAI-MT (FATEC/SENAI-MT). Contato: andersonvieira.nunes@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

É praticamente um consenso entre os economistas keynesianos que John Maynard Keynes foi um pensador subversivo dentro da evolução do pensamento econômico. A forma de pensar a economia de sua época lhe rendeu, pelos economistas contemporâneos, a alcunha de “pai da macroeconomia moderna”. Após a publicação de sua principal obra, “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” em 1936, Keynes conquistou definitivamente o status de maior economista do século XX.

Keynes era britânico e nasceu em 1883 na cidade em Cambridge falecendo em 1946 aos 62 anos de idade na cidade de East Sussex na Inglaterra. Durante sua vida, Keynes foi diretor do Banco da Inglaterra e paralelamente trabalhou como docente na Universidade de Cambridge, sendo também um ávido investidor na bolsa de valores, autor e diretor de teatro, agricultor e conselheiro de diversos políticos proeminentes de sua época. Keynes também foi jornalista (escreveu diversos artigos, sendo a maioria de cunho econômico), colecionador de arte moderna e um dos grandes expoentes do grupo intelectual Bloomsbury³. Keynes foi casado por 20 anos com a bailarina russa Lydia Lopokova e não deixou filhos, (GADD, 1974).

No âmbito político Keynes teve uma importância proeminente. Sua obra intitulada “As consequências econômicas da paz” publicada em 1919 pode ser considerada uma das maiores críticas ao Tratado de Versalhes assinado na Conferência de Paz de Paris no mesmo ano. Keynes discorre nesta obra que o tratado era uma punição muito severa para as nações que saíram derrotadas da Primeira Guerra Mundial, e que se levado a cabo poderia comprometer o futuro econômico destas nações, (KEYNES, 2002).

No entanto, é em âmbito econômico que Keynes possui maior relevância social. Sua contribuição pode ser dividida tanto na área teórica quanto empírica da Economia. No âmbito teórico Keynes inaugura o pensamento macroeconômico com a sua teoria rebuscada da demanda efetiva e demanda agregada, com seus estudos sobre as expectativas como elemento determinante do produto e emprego, com sua nova forma de olhar a participação da poupança e dos investimentos na economia e com sua formulação de multiplicador, mais tarde chamado de multiplicador keynesiano, da propensão marginal a consumir e da eficiência marginal do capital.

Em âmbito prático é possível identificar a teoria keynesiana sendo empregada nas políticas econômicas que nortearam o Plano *New Deal* nos Estados Unidos. Mesmo sendo implementado antes da publicação da “Teoria Geral” de Keynes, o *New Deal* foi uma política econômica de intervencionismo estatal que tinha por objetivo manter os níveis salariais adequados para garantir a demanda efetiva, dando origem ao chamado *welfare state* (estado de bem-estar social). De acordo com Chiavenato (2014), Ford, assim como Keynes, também havia predito que o sistema capitalista, com base no modelo taylorista⁴ de produção, provocaria uma enorme crise de superprodução caso as potências econômicas vigentes não encontrassem uma solução para a distribuição de renda com o intuito de estimular o consumo e contrabalançar a economia pelo lado da demanda.

É notório que Keynes foi um grande crítico do liberalismo econômico. Seu artigo publicado em 1926 intitulado “O fim do *laissez-faire*” não deixa dúvidas sobre seu

³Foi um grupo que teve origem na cidade de Bloomsbury – Inglaterra entre os anos de 1905 e 1950 e era formado por artistas intelectuais britânicos que influenciaram as artes, economia, sexualidade, pacifismo e feminismo de sua época. (GADD, 1974).

⁴Também chamado de Administração Científica o Taylorismo foi sistema de produção idealizado pelo engenheiro Frederick Taylor com base na Teoria dos Tempos e Movimentos (máxima produtividade e rendimento possível com o menor tempo e esforço possível). Esse sistema trouxe ganhos de escala e produtividade gigantescos para as empresas no início do século XX, sendo aplicado até hoje nas maiorias das linhas de produção das indústrias de transformação. (CHIAVENATO, 2014).

posicionamento quanto a este tipo de visão da economia. No entanto, no mesmo artigo é possível identificar que Keynes também era um grande detrator do marxismo. Para ele tanto liberalismo quanto marxismo eram teorias deficientes que não retratavam de forma correta a realidade econômica de sua época, (KEYNES, 1926).

Assim, este estudo se propõe a responder a seguinte pergunta: Qual a visão política e econômica de Keynes sobre o liberalismo econômico de sua época com base na leitura de seu artigo publicado em 1926 intitulado “O fim do *laissez-faire*”? Para responder esta indagação foi proposto como objetivo geral descrever a opinião política e econômica de Keynes sobre o liberalismo econômico de sua época com base no que ele discorre no artigo supracitado. Como objetivos específicos foi delimitado: compreender em que Keynes concordava e em que ele discordava política e economicamente do pensamento liberal econômico de sua época e propor qual deveria ser o posicionamento dos keynesianos no que tange ao liberalismo econômico com base na leitura do artigo “O fim do *laissez-faire*”.

A relevância deste artigo está ancorada na importância que Keynes tem para a evolução do pensamento econômico. Com o advento da crise econômica de 2008 as teorias keynesianas e liberais voltaram ao cenário do debate econômico contemporâneo.

E nada mais salutar do que conhecer um pouco do pensamento e posicionamento político-econômico de Keynes – um dos maiores economistas que já existiu – no que concerne ao liberalismo econômico. É um trabalho que pode contribuir de forma singela para o debate sobre economia política e o predileto ideológico que permeia as mais diversas escolas de pensamento keynesianas existentes.

2. METODOLOGIA

Uma pesquisa, quando possui o perfil bibliográfico, se torna o resultado de um exame ou investigação minuciosa realizada por meio da leitura e estudo de uma determinada obra ou literatura. Marconi; Lakatos (1986) referem-se à pesquisa bibliográfica como sendo a obtenção e o conhecimento sistemático e intensivo, que tem por finalidade descobrir e interpretar os fatos que estão dispostos em uma determinada realidade ou caso através do estudo de uma obra, literatura ou escrito. Sobre esta forma de pesquisa as autoras discorrem que “(...) significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias”, (MARCONI; LAKATOS, 1986, p. 21).

Para Gil (2000), a pesquisa descritiva tem por objetivo principal descrever as características de um dado relato, acontecimento, fenômeno ou população. Ela pode ser realizada através de documentos, questionários, revisão bibliográfica ou observação sistemática de dados. Tem o caráter de revisão, levantamento e/ou análise de informações. Desta forma, foi empregado neste estudo o perfil de pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa de cunho bibliográfica.

Os procedimentos utilizados foram a leitura e a interpretação do artigo publicado pelo economista britânico John Maynard Keynes intitulado “O fim do *laissez-faire*” em 1926. O artigo original possui 9 páginas e foi dividido em pequenas 5 sessões nas quais Keynes discorre seu ponto de vista filosófico, político e econômico quanto ao liberalismo econômico de sua época. Este ensaio, que foi publicado como um panfleto pela Hogarth Press em julho de 1926, foi baseado na palestra realizada por ele na Sidney Ball Lecture ministrada em Oxford em novembro de 1924 e em outra palestra ministrada por Keynes na Universidade de Berlim em junho de 1926. O artigo é sucinto, porém muito esclarecedor sobre a visão do autor ao tema proposto.

Usou-se também como suporte à esta pesquisa outro artigo de Keynes intitulado “Eu sou um liberal?”. Este artigo, um pouco mais ácido que o de 1926, foi publicado na revista *The Nation & Athenaeum* em 1925. No entanto, admite-se que na maioria das vezes a

metodologia bibliográfica interpretativa reflete a visão peculiar de cada pesquisador e que a realidade encontrada por um dado leitor não necessariamente seja a mesma verificada por outro.

3. DISCUSSÕES

a. O contexto histórico, econômico e social da publicação do artigo

Keynes viveu entre os anos de 1883 a 1946 presenciando assim toda a evolução e consequências da Segunda Revolução Industrial (1850 – 1945), da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), da Revolução Russa e do surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (1917 – 1991). Keynes também presenciou a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a Grande Depressão de 1929, o *New Deal* (1933 – 1937), o advento do fordismo (1913) e os avanços do taylorismo (1911) com a aplicabilidade da Teoria da Divisão do Trabalho idealizada por Adam Smith por meio das linhas de produção nas indústrias monopolistas oriundas da Segunda Revolução Industrial entre o final do século XIX e início do século XX.

É justamente neste cenário que Keynes encontra subsídios para romper com o pensamento econômico ortodoxo de sua época. É também em meio à uma Europa totalmente dessolada pela primeira grande guerra e às vésperas da crise de 1929 que Keynes rompe com o pensamento clássico e neoclássico de que seria possível a existência de mecanismos considerados automáticos e naturais para a regulação de uma economia de mercado. Desta forma, Keynes ousa colocar em “cheque” a premissa de Adam Smith, que mais tarde se tornaria um mantra liberal, sobre a existência e a eficácia da “mão invisível” que mantém o mercado em equilíbrio harmônico (oferta igual a demanda). Para tanto, ele embasa seu pensamento na premissa de que é a eficiência marginal do capital, e não o volume de poupança, a responsável pelo montante de investimentos de dada economia. Assim, o volume de investimentos juntamente com a propensão a consumir seriam os reais impulsionadores da demanda efetiva.

Keynes também rompe com o pensamento ortodoxo de sua época ao propor que o desemprego resultaria de um nível de demanda efetiva insatisfatória que seria impulsionada por incertezas e desconfianças dos capitalistas, pela ineficácia da política monetária da época e pela rigidez das taxas de juros de longo prazo. De acordo com Afonso (2012) Keynes escreve “O fim do *laissez-faire*” em meio a certa indignação pessoal com a política econômica imposta pelos países vitoriosos contra os países perdedores da Primeira Guerra Mundial. Segundo o autor, os centros dinâmicos da economia europeia como o aço, o carvão, os produtos têxteis e as ferrovias estavam todos em crise. O desemprego era persistente e estava aliado à crise econômica existente que não encontrava explicações nas teorias clássicas e neoclássicas da economia.

Diante de todo este contexto histórico, econômico e social Keynes compreendeu que as receitas liberais promovidas pelo *laissez-faire* já não retratavam a realidade econômica de então. Ele percebeu que a regulação automática do mercado não era vista na prática, sendo fruto apenas das teorias econômicas dos clássicos e neoclássicos. Assim, Keynes vislumbrou que, uma vez o mecanismo do *laissez-faire* sendo inóculo aos problemas econômicos vigentes, a economia necessitaria de um mecanismo que servisse de indutor e propulsor dos agentes econômicos e consequentemente do mercado. Conforme Olivares (2005):

A política econômica de Keynes punha em causa teoricamente o *laissez faire*, pois admitindo que os ajustamentos no sentido do equilíbrio seriam muito lentos, a intervenção externa ao sistema seria inevitável. Por exemplo, uma redução dos salários monetários iria nesse sentido, mas “Men will not always die quietly”. A

situação política na Inglaterra agravou-se com a queda do governo Laborista em Setembro de 1931, face a impossibilidade política de realizar eficazmente qualquer medida e com o desemprego subindo acima dos 20%. Com a substituição do governo Laborista por um governo de Unidade Nacional encabeçado por R. MacDonald em 1931, Inglaterra saiu do padrão internacional (Kaldor, 1982). As tarifas não se justificavam e a taxa de juro não estava limitada às exigências do padrão ouro, pelo que uma política de obras públicas não era aplicável nos termos do Livro amarelo de 1928. Em tais circunstâncias Keynes continua um curso na direcção de uma nova teoria, em que a intervenção do estado surge como garante do incentivo ao investimento, não como caso especial mas como condição necessária para estabilidade do sistema capitalista. (OLIVARES, 2005, p. 44).

Assim, Keynes compreende que para se evitar o agravamento da crise da economia capitalista reinante seria necessário a presença de um mecanismo regulador que promovesse aquilo que o *laissez-faire* não conseguiu promover até então: um equilíbrio de mercado com o fomento das expectativas positivas, aumento dos investimentos e as garantias de um bem-estar econômico e social com a promoção do emprego, da renda e do aumento do consumo. Desta forma, a conclusão de que o Estado deveria ocupar o papel de agente econômico responsável por promover novamente as expectativas positivas e o retorno da segurança no mercado acabou por ser indutiva à Keynes.

É em uma Europa que atravessava um período de severas problemáticas de cunho social e econômica (1925 – 1935) que Keynes escreve seu artigo. É esta Europa com baixos níveis salariais, com fome severa, com o desemprego em picos elevados, com constantes desvalorizações monetárias e com uma produção em larga escala que juntos culminaram com a crise de superprodução e conseqüentemente a Grande Depressão de 1929 que Keynes encontra o cenário ideal para publicar um de seus artigos mais polêmicos e ousado, “O fim do *laissez-faire*”.

b. Do que se trata o artigo “O fim do *laissez-faire*”?

O artigo “O fim do *laissez-faire*” se trata de uma crítica de John Maynard Keynes ao conceito de livre mercado proposto pelos clássicos e neoclássicos da Economia. Keynes dividiu seu artigo em cinco pequenos tópicos. No primeiro tópico ele faz um apanhado filosófico sobre questões relativas ao individualismo conservador de Locke, Hume, Johnson e Burke, sobre o hedonismo utilitário de Paley e Bentham e o socialismo utilitário de Rousseau e Godwin. Ele termina o primeiro tópico argumentando que a teoria darwinista sintetizou de forma natural uma premissa proposta por David Ricardo anos antes sendo que “o princípio de sobrevivência do mais apto poderia ser encarado como uma ampla generalização da economia ricardiana. À luz desta síntese, as interferências socialistas tornaram-se não apenas ineficientes, mas ímpias (...)” (KEYNES, 1926, p. 2).

No segundo tópico do artigo, Keynes discorre sobre a origem do termo *laissez-faire* e posteriormente a concepção de livre mercado. Ele revela que o termo tem origem em uma expressão utilizada pelo Marques d’Argenson por volta de 1751, (KEYNES, 1926). Um fato muito importante investigado por Keynes em seu artigo é que a referida expressão “*laissez-faire*” nunca foi descrita pelos principais Clássicos da Economia. Conforme Keynes:

(...) A frase *laissez-faire* não se encontra nas obras de Adam Smith, Ricardo e Malthus. Até a idéia não se encontra de forma dogmática em qualquer um desses autores. Adam Smith, naturalmente, era a favor do livre comércio e contrário a muitas limitações setecentistas ao comércio. Mas, sua atitude em relação às Leis de

navegação e à legislação contra a usura mostra que ele não era dogmático. Até sua famosa passagem sobre "a mão invisível" reflete a filosofia que associamos a Paley, e não ao dogma econômico do *laissez-faire*. Como indicaram Sidgwick e Cliff Leslie, a defesa de Adam Smith do "evidente e simples sistema de liberdade natural" deriva da sua visão teísta e otimista de ordem no mundo, tal como foi proposta em sua *Theory of Moral Sentiments*, e não de qualquer proposição característica da economia política. (KEYNES, 1926, p. 3).

Assim, Keynes desmistifica a alegação equivocada atribuída à Adam Smith por seus críticos contemporâneos de que ele fosse um liberal aos moldes dogmáticos com base no *laissez-faire* propagado pelos liberais, neoliberais e libertários da atualidade. Keynes discorre que essa visão equivocada sobre o *laissez-faire* – que fora atribuída à Smith – se deve “a teoria da população de Malthus, o *laissez-faire* otimista da última metade do século XVIII que foi substituído por um *laissez-faire* pessimista da primeira metade do século XIX”, (KEYNES, 1926, p. 3).

No terceiro tópico Keynes inicia abordando a perversidade política, moral e econômica presente na doutrina do *laissez-faire*. Ele faz o seguinte paralelo com o darwinismo selvagem: “(...) como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com os pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos”, (KEYNES, 1926, p. 5). Ele admitia que, assim como o amor ao sexo faz com que exista a seleção natural dos mais aptos no darwinismo, o amor ao dinheiro traz também uma “seleção natural”, via lucro, dos mais aptos economicamente.

Keynes faz duras críticas ao socialismo e ao marxismo de seu tempo. Para ele a doutrina marxista era considerada uma teoria insípida e desprovida de pensamento racional. Até mesmo nos poucos momentos de prosperidade econômica vista nos países socialistas, Keynes ainda advogava que tal pensamento político e econômico não deveria ser aplicado com o intuito de se buscar um bem-estar à população, talvez impulsionado pelas evidentes mazelas sociais encontradas na ditadura soviética. Em suas palavras:

A experiência da Guerra na organização da produção socialista deixou alguns observadores mais próximos com um otimismo ansioso de reproduzi-la em condições de paz. O socialismo de guerra sem dúvida alcançou uma produção de riqueza numa escala muito maior do que a já conhecida em período de paz, pois, embora os bens e serviços produzidos se destinassem à extinção imediata e inútil, eles não deixavam de representar uma riqueza. Não obstante, a dissipação de esforços também foi prodigiosa, e a atmosfera de desperdício e de negligência com os custos era repugnante para os espíritos parcimoniosos e prudentes. (KEYNES, 1926, p. 6).

Já no quarto tópico de seu artigo Keynes realiza a sua maior crítica política e econômica sobre o liberalismo econômico pautado pelo *laissez-faire*. É neste ponto do artigo que ele discorre sobre a ineficiência do livre comércio e os problemas oriundos do individualismo exacerbado. Conforme ele:

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma "liberdade natural" prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um

contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo *não* é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. *Não* é administrado aqui embaixo para que ha prática eles coincidam. *Não* constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse *seja* geralmente esclarecido; mais freqüentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência *não* mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente. (KEYNES, 1926, p. 7).

Nesta seção do artigo o célebre autor também propõe seu maior artifício político, a intervenção do Estado na Economia em momentos de crise ou em setores em que a iniciativa privada não reconhece como lucrativo ou credita um elevado grau de incerteza e expectativas negativas o que ele chama de *Agenda*⁵:

A seguir chego a um critério de *Agenda* particularmente importante para o que é urgente e desejável fazer no futuro próximo. Devemos aspirar à separação dos serviços que são *tecnicamente sociais* dos que são *tecnicamente individuais*. A mais importante *Agenda* do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas, (...) Muitos dos maiores males econômicos de nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. E, porque indivíduos específicos, afortunados em sua situação ou aptidões, são capazes de se aproveitar da incerteza e da ignorância, e também porque, pela mesma razão, os grandes negócios constituem freqüentemente uma loteria, que surgem as grandes desigualdades de riqueza; e estes mesmos fatores são também a causa do desemprego dos trabalhadores, ou a decepção das expectativas razoáveis do empresariado, e da redução da eficiência e da produção. (KEYNES, 1926, p. 7-8).

Por fim no quinto e último tópico, o autor encerra seu artigo de forma magistral ao explicar sobre o capitalismo e as consequências que estariam por vir. Keynes, meio que prevendo a possível crise de 1929, consegue discorrer que os dilemas da economia britânica de sua época estavam centrados em problemas psicológicos e morais. No entanto, Keynes admitia que o capitalismo era o melhor sistema econômico que a humanidade já tinha instaurado, porém reconhece que, assim como o ser humano possui suas limitações e mazelas, o sistema econômico que em suma não deixa de ser um fruto social, também o é. Neste sentido o economista relata:

⁵O conceito de *Agenda* no artigo está atrelado ao desempenho estatal na economia. Seria a separação dos serviços que são tecnicamente sociais dos que são tecnicamente individuais, sendo responsabilidade do Estado prover os que não se abarcados pelo interesse privado, (KEYNES, 1926, p. 7-8),

De minha parte. De minha parte, acho que, sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido, mas que, em si, ele é de muitas maneiras sujeito a inúmeras objeções. Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida. (KEYNES, 1929, p. 8-9).

Assim, no que se refere ao aspecto político, o artigo trata de severas críticas ao *laissez-faire* e o liberalismo econômico visto na Inglaterra da década de 1920, bem como ao socialismo e marxismo operacionalizado nos países soviéticos. Sobre a ótica filosófica o artigo traz reflexões contundentes sobre o individualismo utilitário e o socialismo democrático e o caráter do capitalismo pautado única e exclusivamente no lucro incessante. Já a contribuição econômica do artigo está em uma proposta subliminar, com base nas críticas feitas ao liberalismo e socialismo, de uma terceira via econômica, o que os seus discípulos atuais intitulam de keynesianismo.

c. Opinião política e econômica de Keynes sobre o liberalismo econômico de sua época

É importante frisar que em 8 de agosto de 1925 Keynes publicou um artigo intitulado “Eu sou um liberal?”⁶. Neste artigo Keynes deixa explícito o seu posicionamento político, considerando que em sua época o pensamento político- partidário era polarizado no Partido Liberal (de cunho conservador) e o Partido Trabalhista (de cunho socialista). Segundo Keynes, (1925):

Assim, o animal político que não consegue pronunciar as palavras desprezíveis: "Eu não sou um homem do partido", preferiria pertencer a qualquer parte a nenhuma. Se ele não pode encontrar um lar pelo princípio da atração, ele deve encontrar um pelo princípio da repulsa e ir para aqueles a quem ele menos gosta, em vez de ficar de fora no frio. Agora pegue meu próprio caso - onde eu cheguei neste teste negativo? Como eu poderia me tornar um conservador? Eles não me oferecem nem comida nem bebida – nem consolação intelectual nem espiritual. Eu não deveria me divertir ou excitado ou edificado. Aquilo que é comum à atmosfera, a mentalidade, a visão da vida de - bem, não mencionarei nomes - não promove nem meu interesse próprio nem o bem público. Não leva a lugar nenhum; não satisfaz nenhum ideal; não está de acordo com nenhum padrão intelectual; não é nem seguro nem calculado para preservar dos destruidores aquele grau de civilização que já alcançamos. Devo, então, me juntar ao Partido Trabalhista? Superficialmente isso é mais atraente. Mas olhei mais de perto, existem grandes dificuldades. Para começar, é uma festa de classe e a turma não é minha turma. Se eu vou perseguir interesses seccionais, vou perseguir os meus. Quando se trata da luta de classes como tal, meus patriotismos locais e pessoais, como os de todos os outros, exceto certos zelosos desagradáveis, estão ligados ao meu próprio ambiente. Eu posso ser influenciado pelo que me parece ser justiça e bom senso; mas a guerra de *classes* me

⁶Artigo originalmente publicado na revista *The Nation & Athenaeum* parte I páginas 563 e 564 (em 08 de agosto de 1925) parte II páginas 587 e 588 (em 15 de agosto do mesmo ano). (disponível em: <https://www.hetwebsite.net/het/texts/keynes/keynes1925liberal.htm>).

encontrará do lado da *burguesia* culta. (KEYNES, 1925, p. 324-325)

Desta forma, fica evidente que Keynes tinha uma aversão política tanto ao Partido Liberal (mesmo sendo membro deste) quanto ao Partido Trabalhista de seu tempo. Ainda sobre estes partidos:

Mas, acima de tudo, não acredito que os elementos intelectuais do Partido Trabalhista jamais exerçam controle adequado; muito vai sempre ser decidido por aqueles que não sabem *em tudo* o que eles estão falando; e se - o que não é improvável - o controle do partido é tomado por um anel interno autocrático, esse controle será exercido no interesse da extrema esquerda - a seção do Partido Trabalhista que eu designarei o Partido da Catástrofe. No teste negativo, eu inclinar a acreditar que o Partido Liberal ainda é o melhor instrumento de progresso futurou-se apenas que tinha uma liderança forte e o programa certo. Mas quando passamos a considerar o problema do partido de forma positiva - por referência ao que atrai mais do que ao que repele -, o aspecto é desanimador em todos os partidos, quer coloquemos nossas esperanças em medidas ou nos homens. E a razão é a mesma em cada caso. As questões históricas do partido no século XIX estão tão mortas quanto o carneiro da semana passada; e enquanto as questões do futuro estão se aproximando, elas ainda não se tornaram questões partidárias, e atravessam as antigas linhas partidárias. (KEYNES, 1925, p. 325).

O Partido Trabalhista do qual Keynes se refere diversas vezes em seu artigo é um partido britânico de cunho social-democrata com viés de centro-esquerda fundado em 1900. O partido tinha como premissa a defesa de um socialismo democrático com base na defesa de classes teorizadas por Karl Marx. Já o Partido Liberal de viés conservador foi fundado no mesmo ano e era um partido de direita que defendia as liberdades de mercado e da propriedade privada, porém com um conservadorismo nos costumes e na ética. Tinha como premissas o *laissez-faire* e o liberalismo clássico de Adam Smith, (GASTALDI, 2005).

Já em seu artigo de 1926, Keynes revela que o pensamento liberal fortalecido pelo *laissez-faire* não encontrava oponentes à altura. E, neste sentido Keynes demonstra que não concordava com os postulados do *laissez-faire* e ao mesmo tempo realizava críticas contundente ao marxismo e as doutrinas socialistas que eram, até então, o mais próximo do que se poderia chamar de oposição política e ideológica ao *laissez-faire*. Segundo Keynes, (1926):

Mas, os princípios do *laissez-faire* tiveram outros aliados além dos manuais de Economia. Deve-se admitir que foram confirmados nas mentes de bons pensadores e da opinião pública devido à má qualidade das propostas contrárias – o protecionismo, de um lado, e o socialismo marxista, do outro. Contudo, estas duas doutrinas se caracterizaram, não só e principalmente por infringirem a presunção geral a favor do *laissez-faire*, mas por simples engano lógico. Ambas são exemplos de teorias fracas, da incapacidade de analisar um processo e de segui-lo até sua conclusão. Os argumentos contra elas, embora reforçados pelo princípio do *laissez-faire*, rigorosamente não o exigem. Dos dois, pelo menos o protecionismo é plausível, e as forças que favorecem sua

popularidade não são surpreendentes. Mas, o socialismo marxista sempre deverá continuar sendo um prodígio para os historiadores das idéias – de como uma doutrina tão ilógica e tão insípida pode ter exercido uma influência tão poderosa e permanente na mente dos homens e, através deles, nos eventos da História. De qualquer maneira, as evidentes deficiências científicas destas duas escolas de pensamento contribuíram muito para o prestígio e a autoridade do *laissez-faire* do século XIX. (KEYNES, 1926, p. 5).

Assim, Keynes creditava o sucesso do liberalismo de sua época a incoerência política e econômica destas teorias rivais. Com a explanação acima fica evidente que Keynes refutava veementemente o pensamento marxista e socialista o que desfaz a acusação dos atuais liberais de que Keynes foi um economista de esquerda socialista ou um intervencionista marxista. Mesmo Keynes sendo um crítico ferrenho do liberalismo de sua época, ele preferia admitir a lógica racional e aplicável deste pensamento político-econômico do que vislumbrar, mesmo que no melhor dos cenários, a viabilidade e aplicação do pensamento político-econômico do socialismo marxista.

O grande economista também compreende que existiam força de reequilíbrio na economia, porém ele contestava seu caráter espontâneo e automático. É justamente aqui que os pensadores keynesianos costumam divergir seus posicionamentos quanto à Keynes: seria ele um capitalista favorável a políticas de Estado aplicadas de forma contundente ou um social democrata com viés progressista defensor do Estado de Bem- Estar Social por meio do capitalismo? Seria ele um liberal, uma vez que defendia que alguns setores deveriam existir o livre comércio mesmo identificando que existia as crises de deficiência de demanda ou inflação ou um socialista por propor justamente medidas estatais (intervencionismo) nos momentos de deficiência do capitalismo? O próprio Keynes responde:

Creio que, em muitos casos, o tamanho ideal de unidade de controle e organização esteja em algum ponto entre o indivíduo e o Estado moderno. Sugiro, portanto, que o progresso reside no desenvolvimento e reconhecimento de entidades semiautônomas dentro do Estado – entidades cujo critério de ação com seus próprios campos seja unicamente o bem público, tal como das o compreendem; e de cujas deliberações estejam excluídos os motivos das vantagens particulares, embora ainda possa ser preciso deixar-lhes algum lugar até que se amplie o âmbito de altruísmo dos homens, para o proveito isolado de grupos, classes ou congregações específicas –, entidades que, no curso habitual da vida social, são basicamente autônomas dentro das limitações que lhes são prescritas, sendo porém sujeitas, em última instância, à soberania da democracia expressa através do Parlamento. É possível dizer que estou propondo uma volta a concepções medievais de autonomias isoladas. De qualquer forma, na Inglaterra, as corporações constituem uma modalidade de governo que nunca deixou de ser importante e compreensiva, além de congênita às nossas instituições. É fácil dar exemplos, a partir do que já existe, de autonomias isoladas que atingiram ou se aproximam da modalidade a que me refiro – as universidades, o Banco da Inglaterra, a Autoridade do Porto de Londres, e até quem sabe, as companhias de estradas de ferro. Sem dúvida, existem na Alemanha exemplos análogos. (KEYNES, 1926, p. 7).

Desta forma, é possível compreender que a opinião política de Keynes está centrada em algo próximo de um liberalismo regulamentado e uma social democracia aos moldes modernos. Em seu artigo publicado em 1925, Keynes chega a discorrer politicamente de temas fora do espectro econômico como a questão da paz, questões sexuais e drogas. É possível perceber que, em aspectos não econômicos o autor parece ser mais alinhado ao pensamento progressista da política, se não o for, ao menos contra o conservadorismo de então:

Sobre as Questões de Paz, vamos ser pacíficos ao máximo(...). Eu sou contra o Pactos. Comprometer-se com todas as nossas forças armadas para defender a Alemanha desarmada contra um ataque da França na plenitude do poder militar deste último é tolo; e assumir que tomaremos parte em toda guerra futura na Europa Ocidental não é necessária. Mas sou a favor de dar um bom exemplo, mesmo correndo o risco de ser fraco, na direção da Arbitragem e do Desarmamento. (...) Controle de natalidade e o uso de contraceptivos, leis de casamento, o tratamento de ofensas sexuais e anormalidades, a posição econômica das mulheres, a posição econômica da família - em todas essas questões, o estado atual da lei e da ortodoxia ainda é medieval - fora de contato com a opinião civilizada e prática civilizada e com o que indivíduos, educados e sem instrução, dizem uns aos outros em particular. Que ninguém se iluda com a idéia de que a mudança de opinião sobre esses assuntos é uma que afeta apenas uma pequena classe instruída na crosta da ebulição humana. Que ninguém suponha que são as mulheres trabalhadoras que ficarão chocadas com as idéias do Controle da natalidade ou da Reforma do Divórcio. Para eles, essas coisas sugerem nova liberdade, emancipação das mais intoleráveis tiranias. (KEYNES, 1925, p. 332-333).

Assim, é possível perceber que sobre posicionamentos como controle de natalidade, desarmamento, pacifismo e controle social por meio do Estado eram defendidos pelo economista. Por isso, no que concerne aos aspectos políticos e sociais Keynes parece se alinhar mais ao pensamento progressista e social democrata de hoje contrariando, assim, o liberalismo conservador de sua época.

No que tange ao seu pensamento econômico Keynes acreditava no mercado como a melhor forma de organizar as atividades econômicas. Entretanto, ele era ciente de que os mercados eram falhos, especialmente no aspecto distributivo. Quando esta falha acontecesse o Estado deveria interferir para amenizar as consequências econômicas e sociais. Para ele, esta interferência se daria por políticas fiscais e monetárias na busca do equilíbrio entre poupança e investimentos, não interferido no mercado em termos de oferta de bens e serviços. Por isso, a concepção de que ele defendia um Estado forte ou gigante não condiz com a narrativa tanto de seus artigos quanto de sua principal obra, *A Teoria Geral*. Keynes defendia um Estado interventor em momentos de desequilíbrios e quando o equilíbrio fosse restabelecido o Estado deveria sair novamente e deixar o mercado agir. Assim, defender o intervencionismo em momentos de crise não faz de Keynes um economista intervencionista por essência. Conforme Olivares (2005):

Sendo o capital escasso, o estado deve intervir de modo assegurar que o equipamento produtivo atinja o ponto de saturação, e a taxa de

juro deverá ser aquela que assegure o investimento de pleno emprego, em tal situação. Mas esta posição intermédia abaixo da posição de pleno emprego não está determinada por tendências naturais nem existem princípios que impeçam que não se tomem medidas a fim corrigir as falhas do sistema. Neste sentido, em consonância com a sua previsão, Keynes propõe-se na Teoria Geral, não apenas estudar as determinantes do nível do equilíbrio do output e do emprego, como elucidar porque a teoria dita clássica ancorada nas ideias de *laissez-faire* não consegue ser uma teoria geral, i.e., porque o salário monetário é rígido à baixa, o que invalida a política de redução dos salários nominais para conseguir mais emprego e, porque a taxa de juro é recalcitrante, quando a eficiência marginal do capital desce, o que reduz ou elimina as virtudes da política monetária. (OLIVARES, 2005, p. 27).

No entanto, mesmo sendo um crítico ferrenho do *laissez-faire* e do liberalismo econômico de seu tempo Keynes acreditava no capitalismo de mercado como a melhor forma de gerência econômica. Por isso, não existe dentro dos escritos de Keynes suporte para a defesa de uma economia planificada aos moldes kaleckiano. Ele reuniu esforços para transmitir e corrigir as formas equivocadas como os economistas do *mainstream* enxergavam a economia de mercado e suas concepções sobre o *laissez-faire*. Desta forma, pode-se dizer que Keynes era crítico, mas, jamais um opositor do capitalismo ou do livre mercado.

As concordâncias de Keynes sobre o liberalismo econômico são diversas. Keynes concordava em alguns aspectos com o liberalismo econômico. Em seu artigo publicado em 1925 seu ponto de vista fica evidente:

Eu vejo apenas duas tábuas da plataforma Liberal histórica ainda navegáveis - a questão da bebida e o livre comércio. Questão política viva, por um acidente. Sempre houve dois argumentos para o livre comércio - o argumento do *laissez-faire* que atraiu e ainda atrai os individualistas liberais, e o argumento econômico baseado nos benefícios que fluem do emprego de cada país de seus recursos, onde ele tem uma vantagem comparativa. Não acredito mais na filosofia política que a Doutrina do Comércio Livre adornava. Eu acredito no livre comércio porque, a longo prazo e em geral, é a única política que é tecnicamente sólida e intelectualmente forte. (KEYNES, 1925, p. 326).

Desta forma, Keynes tinha uma visão do funcionalismo do liberalismo no que concerne a questão da terra, mas não sobre a questão da bebida e do livre comércio. Ele era ciente de que o Estado tinha um papel fundamental em regular o mercado em setores desprestigiados pela iniciativa privada, porém sabendo que em outros o mercado deveria atuar livremente:

Portanto, não podemos basear-nos em fundamentos abstratos, mas devemos lidar minuciosamente com os méritos daquilo que Burke denominou "um dos problemas mais refinados na legislação, ou seja, determinar o que o Estado deveria tomar a si para dirigir pela sabedoria pública, e o que deveria deixar, em tão pouca interferência quanto possível, ao exercício dos indivíduos". (KEYNES, 1926, p. 6).

Conforme Skidelsky (2009) a visão de Keynes sobre a interferência do Estado na economia como sendo apenas um indutor em momentos de crise fica evidente quando se verifica o seu posicionamento no que concerne ao déficit e a política fiscal. Desta forma Skidelsky (2009), que foi de seus maiores biógrafos, criticou de forma veemente algumas escolas keynesianas que querem justificar as irresponsabilidades fiscais e os carregamentos duradouros do déficit público pela proposta de teoria intervencionista de Keynes:

If we with Keynes tha a Money-using economy is prone to internally generated shocks, we should also agree discretionary fiscal policy needs to be added to governments' depleted macroeconomic tool boxes, minus the "fine-tuning" obsession which Market their earlier use. (SKIDELSKY, 2009, p. 178).

Kregel (1985) também vai neste mesmo pensamento e salienta que é totalmente incoerente atribuir a Keynes a ideia de que o déficit fiscal é um estabilizador econômico e o montante do consumo equivalente ao nível de investimentos. Para ele, Keynes defendia que o Estado jamais deveria realizar investimentos com o intuito de competitividade com a iniciativa privada em determinado setor da economia. Segundo Kregel (1985), a fórmula de Keynes teve o sucesso que é reconhecido hoje justamente por separar os setores que o Estado deveria intervir criando volumes de investimentos e em quais ele não deveria atuar, prezando, assim, por uma liberdade de mercado vista somente em países capitalistas.

Por outro lado, como dito anteriormente, Keynes negava que o socialismo pudesse suplantar de forme eficiente o capitalismo como propunha Marx, sendo um severo crítico do Estado doutrinador:

Eu critico o socialismo de Estado doutrinário, não porque ele procura engajar os impulsos altruístas dos homens a serviço da sociedade, porque ele se afasta do *laissez-faire*, ou porque retire das liberdades naturais do homem a de tornar-se milionário, ou ainda porque tem a coragem de fazer experiências ousadas. Eu aplaudo todas essas coisas. Mas, eu o crítico, por deixar de perceber o significado do que está realmente ocorrendo; porque, de fato, é pouco melhor que a sobrevivência empoeirada de um plano para enfrentar os problemas d cinqüenta anos atrás, com base num mal-entendido do que alguém disse há cem anos. O socialismo de Estado do século XIX originou-se com Bentham, na livre concorrência etc., e, sob alguns aspectos, constitui uma versão mais clara, e sob alguns aspectos mais perturbadora, da mesma filosofia subjacente ao individualismo do século XIX. Da mesma forma, ambos colocaram toda sua força na liberdade, um negativamente, a fim de evitar limitações a respeito da liberdade existente, e o outro de forma positiva, para destruir os monopólios naturais ou adquiridos. Trata-se de reações diferentes, à mesma atmosfera intelectual. (KEYNES, 1926, p. 7).

Se por um lado Keynes apoiava o liberalismo quando aceitava a ideia de um mercado livre, setores competitivos, regulação estatal somente em momentos de crise e o capitalismo como modelo econômico viável, por outro ele possuía suas discordâncias quanto ao liberalismo econômico. No que tange a essas discordâncias Keynes argumentava que o *laissez-faire* não retratava a realidade da Europa de seu tempo. Na verdade, Keynes ousou dizer que talvez não retraria nada de real, ficando apenas no campo das ideias:

Sempre houve dois argumentos para o livre comércio - o argumento do *laissez-faire* que atraiu e ainda atrai os individualistas liberais, e o argumento econômico baseado nos benefícios que fluem do emprego de cada país de seus recursos, onde ele tem uma vantagem comparativa. Não acredito mais na filosofia política que a Doutrina do Comércio Livre adornava. Eu acredito no livre comércio porque, a longo prazo e em geral, é a única política que é tecnicamente sólida e intelectualmente forte. (...) A beleza e a simplicidade dessa teoria são tão grandes que é fácil esquecer que ela decorre não de fatos reais, mas de uma hipótese incompleta formulada para fins de simplificação. Além de outras objeções a serem mencionadas mais adiante, a conclusão de que os indivíduos que agem de maneira independente para seu próprio bem produzem maior volume de riqueza, depende de uma série de pressupostos irrealistas, com relação à inorganicidade dos processos de produção e consumo, à existência de conhecimento prévio suficiente das suas condições e requisitos, cuja existência de oportunidades adequadas para obter esse conhecimento prévio. (KEYNES, 1926, p. 5).

Keynes também discordava da visão de busca sem medidas pelo lucro propagada pelo *laissez-faire*, ao ponto de comparar tal ideário à seleção natural proposta por Charles Darwin:

O paralelismo entre o *laissez-faire* econômico e o darwinismo, já observado rapidamente, pode ser visto agora como realmente muito próximo conforme Herbert Spencer foi o primeiro a reconhecer. Assim como Darwin invocou o amor sexual, que age através da seleção sexual para favorecer a seleção natural pela competição – a fim de orientar a evolução por linhas desejáveis e eficientes –, também o individualista invoca o amor ao dinheiro, agindo através da procura do lucro, para ajudar a seleção natural e promover na maior escala possível a produção do que é mais desejado, mensurável pelo valor de troca. (KEYNES, 1925, p. 5).

Assim, evidentemente Keynes diverge da visão liberal de seu tempo quando se posiciona de forma contrária aos lucros abusivos por parte dos capitalistas de então e principalmente contra os problemas de distribuição de renda oriundos desta prática. Ele se colocava contrário quando as economias internas tendiam a concentração de produção, quando o tempo para os ajustes econômicos eram longos e quando os monopólios e cartéis interferiam nos negócios, (KEYNES, 1926).

d. Qual deveria ser o posicionamento dos keynesianos sobre o liberalismo econômico com base no artigo “O fim do *laissez-faire*”

Conceituar o que é keynesianismo nos dias de hoje é extremamente complexo. Diversas escolas surgiram com a alcunha de “keynesianismo” como os velhos keynesianos, os pós-keynesianos e os novos-keynesianos. Sicsú e Lima et. al. (2003) advogam que a escola pós-keynesiana seria a escola de pensamento da economia mais fiel aos ideários de John Maynard Keynes. Ela teria surgido:

Ainda durante a década de 1970, Paul Davidson e Hyman Minsky procuraram mostrar que a teoria de Keynes não necessita da

hipótese de existência de uma mão invisível lenta para explicar o desemprego, fundando a vertente pós-keynesiana. (...) Davidson e Minsky foram os fundadores e os formuladores dos principais conceitos da teoria pós-keynesiana. Contudo, não pode deixar de ser mencionado que durante as décadas de intensos debates entre velhos-keynesianos e monetaristas, em que o projeto de Keynes basicamente foi esquecido, algumas vozes isoladas, mais influentes, mantiveram acesa a chama do ideário de Keynes: as obras de Richard Kahn, Joan Robinson e George Shackle podem ser consideradas as sementes do pós-keynesianismo de Davidson e Minsky. (SICSÚ e LIMA, 2003, p. 30).

Porém, independentemente de qual escola keynesiana em que se julga estar ou defender, todo e qualquer seguidor dos pensamentos de Keynes deveria compreender, ao menos, cinco premissas: 1) Que Keynes jamais defendeu o carregamento de deficits orçamentários como forma de promover a recuperação ou o desenvolvimento econômico; 2) Que para Keynes a intervenção estatal deveria ser a exceção e não a regra em países com problemas econômicos; 3) Que Keynes não foi um detrator do capitalismo, pelo contrário, acreditava neste como melhor sistema econômico, porém reconhecendo suas limitações e problemáticas; 4) Que Keynes foi um severo crítico do socialismo marxista e da economia planificada aos moldes de Kalecki; 5) Que Keynes compreendia os problemas econômicos oriundos do capitalismo e, sendo assim, foi um defensor da redução da desigualdade social e dos lucros exorbitantes, em especial, pelas empresas monopolistas.

Os keynesianos também deveriam compreender que para as receitas de Keynes funcionarem é preciso que não haja um histórico de inflação severo nas economias e que as contas públicas devem estar no mínimo saneadas. Em caso contrário, dificilmente seria possível aplicar suas receitas. Logicamente que não existe um Estado com estas características na atualidade, talvez exceto a China, porque teve por muito tempo uma certa capacidade de endividamento. Entretanto, agora isto já tem se mostrado que se chegou ao seu limite.

Os keynesianos que querem ser o mais fiel possível aos pensamentos deste grande pensador deveriam debruçar esforços em atacar os problemas de ordem macroeconomia com estímulos – via mercado – para caso ineficaz, aplicar as medidas intervencionistas.

4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, este trabalho conclui que o artigo “O fim do *laissez-faire*” foi um escrito ao mesmo tempo polêmico e inovador. Nele Keynes dialoga que a eficácia automática da mão invisível proposta pelos liberais de sua época através do conceito de *laissez-faire* não se verificava na prática. Desta forma, Keynes não acreditava no mecanismo automático reequilibrador da economia em momentos de crise. É justamente aí que surge a necessidade de o Estado investir em setores problemáticos de uma economia recessiva.

Com base nesta síntese, pode-se dizer que Keynes não era um liberal. E se o fosse ao menos não o seria nos moldes dos clássicos e neoclássicos de sua época. Por outro lado, Keynes também não era um marxista e muito menos um simpatizante das economias socialistas de sua época. Em seus escritos fica evidente que as críticas que Keynes discorre sobre o capitalismo são totalmente diferentes das disferidas por Karl Marx em sua obra, O Capital. Keynes era capitalista então? Se considerar o conceito de capitalismo sintetizado pelas escolas socialistas e marxistas, sim! Se considerar a visão de capitalismo proposto pelas escolas libertárias e austríacas, não!

No quesito político Keynes foi um membro do Partido Liberal britânico. No

entanto não se considerava conservador. Sua postura liberal nos costumes e em alguns padrões éticos são delineadas ao longo do artigo “Eu sou um liberal?”. Assim, com base neste escrito e no artigo “O fim do *laissez-faire*” pode-se concluir que Keynes era

liberal politicamente, porém não era um conservador, ao menos não o seria aos moldes do conservadorismo de Edmund Burk, Russell Kirk e Roger Scruton.

Pode-se dizer que Keynes sempre ocupará um lugar de destaque seja dentro do campo da Teoria Econômica ou na evolução do pensamento econômico. Porém, sua ousadia, resiliência e sagacidade são comparadas à gênios de outras áreas das ciências como Aristóteles, Albert Einstein e Charles Darwin. O pensamento keynesiano mudou? Sim, e como mudou ao longo dos anos. E existiria uma escola de pensamento keynesiana totalmente fiel aos ideários de Keynes? Provavelmente, não. No entanto, não existem erros em usar as ideias de Keynes para dar suporte à modelos econômicos diversos, como acontece, por exemplo, com a síntese neoclássica. O erro está em atribuir este possível modelo ao ideário de Keynes.

Estaria o próprio Keynes certo de seu posicionamento político e econômico? Jamais se terá esta resposta de forma contundente. O que se pode afirmar é que John Maynard Keynes foi tão intenso e controverso que:

Um programa partidário deve ser desenvolvido em seus detalhes, dia a dia, sob a pressão e o estímulo de eventos reais; é inútil defini-lo de antemão, exceto nos termos mais gerais. Mas se o Partido Liberal deve recuperar suas forças, deve ter uma atitude, uma filosofia, uma direção. Esforcei-me por indicar minha própria atitude em relação à política, e deixo aos outros que respondam, à luz do que eu disse, a questão com a qual comecei - Sou um liberal? (KEYNES, 1925, p. 7).

Keynes foi um gênio que teve várias interpretações e talvez nenhuma delas, segundo este estudo, pode ser considerada uma visão perfeita do que Keynes realmente quis transmitir. Keynes é único, inovador e qualquer tentativa de transformá-lo em Clássico, Neoclássico, Marxista, Liberal Clássico, Intervencionista, precursor dos Cepalinos e outros tantos viés político-econômicos seria um desrespeito a sua contribuição.

Assim, Keynes seria um liberal?

Quem poderá dizer?

O que se pode concluir é que Keynes foi simplesmente, Keynes!

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R. R. **Keynes, Crise e Política Fiscal – Série IDP**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração** – 9ª Ed. São Paulo: Manole, 2014.
- GADD, D. **Os amigos amorosos: um retrato de Bloomsbury**. Londres: The Hogarth Press Ltda, 1974.
- GASTALDI, J. P. **Elementos de Economia Política**. 19ª Ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz** / John Maynard Keynes; tradução de Sérgio Bath; prefácio Marcelo de Paiva Abreu. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3).
- _____. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- _____. Eu sou liberal? *The Nation & Athenaeum*, 1925, Parte I (8 de agosto, p. 563-4) e Parte II (15 de agosto, p. 587-8). Disponível em: <<http://www.hetwebsite.net/het/texts/keynes/keynes1925liberal.htm>> acesso em maio de 2019.
- _____. **O fim do laissez-faire**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/fimlaissezfaire.html>> acesso em maio de 2019.
- KREGEL, J. **The reconstruction of political economy: an introduction to post- keynesian economics**. London: Macmillan, 1973.
- MACROECONOMIA DO EMPREGO E DA RENDA: Keynes e o keynesianismo** / organização de Gilberto Tadeu Lima e João Sicsú. – Barueri, SP: Manole, 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- OLIVARES, G. M. (2005). **Keynesianas**. Edición a texto completo em <www.eumed.net/libros/2005/mgok/> acesso em maio de 2019.
- SKIDELSKY, R. **Keynes: the return of the master**. New York: Public Affairs, 2009.